



Prisões levam Renan a pedir ao STF os limites dos Poderes

Presidente do Senado condena operação contra policiais legislativos e quer que o Supremo Tribunal Federal esclareça atribuições para evitar abusos

Só o Supremo Tribunal Federal pode autorizar operação policial no Senado, como a que prendeu quatro policiais legislativos na sexta-feira, segundo o presidente da Casa, Renan Calheiros. Pedidos de varreduras para detecção de grampos ilegais estão regulamentados na estrutura interna do Senado, afirmou Renan. Ele vai entrar com ação pedindo definição das competências de cada Poder.

O senador lembrou que a Polícia Legislativa está prevista na Constituição e citou texto de 1911 em que Ruy Barbosa defende que ela atue não só no prédio do Senado, mas também nos demais ambientes onde os senadores trabalham.

A prisão dos policiais, disse Renan, começou devido à insatisfação de um servidor que sofria processo por abandono de emprego. 3



Jonas Pereira/Agência Senado

Diante de jornalistas, Renan classifica a operação da Polícia Federal dentro do Senado como "um espetáculo lamentável que nem a ditadura militar fez"

especial Cidadania

Moradores contestam cobrança por ocupação de terreno de marinha

Cerca de 10 milhões de brasileiros vivem em terrenos de marinha, locais considerados da União, ao longo de todo o litoral brasileiro. Para utilizá-los, é preciso pagar várias taxas ao governo federal, que estão

sendo contestadas pelos moradores. No ano passado, o Senado aprovou duas normas facilitando a regularização das ocupações em terreno de marinha. Outras propostas tramitam na Casa sobre o assunto. 4



Portal da Copac/ME

Praia de Boa Viagem, Recife: União arrecadou R\$ 700 milhões com terrenos de marinha em 2014

Artigo de diretora da Secom defende direito à informação

Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, a diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Virgínia Galvez, explica que os veículos de comunicação da Casa são funda-

mentais para garantir ao cidadão e à imprensa em geral acesso a informação sobre a atividade legislativa. O artigo responde a críticas publicadas pelo mesmo jornal. 2

TVs querem mais liberdade para transmitir eventos esportivos

Em audiência da Comissão da Lei Geral do Desporto, representantes das TVs comerciais pediram mais liberdade de mercado para a trans-

missão de competições esportivas. Em outra audiência, a comissão debateu a questão dos contratos de trabalho para atletas. 2



Ana Volpe/Agência Senado

Participantes também discutiram o direito de exclusividade na transmissão de jogos esportivos

Senadores reconhecem qualidade da programação da TV da UnB

O Senado fez ontem uma sessão especial pelo décimo aniversário da UnBTV, o canal em que a Universidade de Brasília divulga suas atividades aca-

dêmicas e científicas. Representantes da universidade pediram o apoio dos senadores ao pedido feito ao governo de um canal aberto digital. 2



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O senador Hélio José (4º à esq.) conduz sessão de homenagem ao canal da Universidade de Brasília

Comissão que vai elaborar anteprojeto da nova Lei Geral do Desporto também discutiu a situação dos contratos de trabalho na área

TVs pedem liberdade de mercado para transmitir eventos esportivos

REPRESENTANTES DE EMPRESAS de TV defenderam a liberdade de mercado quanto à transmissão de eventos esportivos em audiência pública, ontem, na comissão de juristas que vai elaborar o anteprojeto da Lei Geral do Desporto até 16 de dezembro. Para a TV Globo, a TV Bandeirantes e o Esporte Interativo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tem atuado bem na manutenção da competitividade do mercado.

De acordo com o diretor de Assuntos Legais e Institucionais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Cristiano Flores, o direito de arena não se confunde com o direito de imagem, pois é o direito de transmitir o espetáculo ou evento esportivo. Ele explicou

que esse direito não é cobrado das rádios e opinou que isso deveria ser mantido.

Para Juca Silveira, da Rede Bandeirantes, é preciso disciplinar a questão, porque em algumas transmissões as empresas não estão nos estádios

Outra questão muito debatida foi a exclusividade de transmissão de um evento esportivo. Segundo Fernando Tranjan, da Rede Globo, a questão da exclusividade deve continuar como está, pois é algo que valoriza o evento.

Contrato de trabalho

À tarde, a comissão debateu a questão dos contratos de trabalho na área esportiva. Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Guilherme Augusto Caputo Bastos, a legislação atual sobre o contrato



Flores, da Abert, fala ao lado de Marcos Parente Filho e Wladimir Camargos

de trabalho esportivo merece “críticas contundentes”.

Segundo o ministro, a nova lei deve se dedicar a situações que estão ausentes ou pouco claras na legislação vigente.

A procuradora Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes disse que o Ministério Público do Trabalho tem se dedicado a estudar e fiscalizar os contratos de formação desportiva, também chamados de contra-

to de categoria de base. Para a procuradora, esse contrato precisa ser visto como uma relação de trabalho.

Também estiveram presentes a Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol, a Associação Brasileira de Agentes de Futebol, o Comitê Paralímpico Brasileiro e a OAB. A série de debates continua hoje, a partir das 9h, com mais três audiências.

Folha de S.Paulo publica artigo de diretora da Secom

Ontem a *Folha de S.Paulo* publicou texto da diretora da Secretaria de Comunicação

(Secom), Virgínia Malheiros Galvez, sobre a reportagem “Congresso gasta R\$ 103 mi e

mantém 1.200 servidores na comunicação” (25/9) e o editorial “Congresso perdulário” (27/9).

O Senado transparente para o cidadão

Encarar o sistema de comunicação do Congresso como algo dispendioso e desnecessário é desprezar o cidadão e negar a ele o direito à informação, um dos alicerces da cidadania e da democracia.

O cenário político-parlamentar, que vem sendo revelado ao grande público pelas lentes da TV Senado há pouco mais de 20 anos, constitui uma das mais importantes fontes de informação, conscientização e formação de cidadania.

Pela internet, o público tem acesso à TV Senado até pelo celular e pode assistir a um congressista, da tribuna, ser instado a falar do que não quer ou a votar abertamente a cassação de um colega ou o impeachment do presidente da República.

Tudo o que acontece no Plenário e nas comissões pode ser acompanhado ao vivo, sem qualquer corte ou edição. Isso é transparência. Isso é prestação de serviço público. É educação, é cidadania. A comunicação do Senado reúne veículos de distribuição de informação primária e oficial. Não há disputa por audiência com a mídia privada. Ao contrário. Parte do nosso trabalho é alimentar os jornais, portais e emissoras de rádio e televisão, que escolhem livremente o que e como desejam divulgar.

Os sinais da TV e da Rádio Senado ficam disponíveis para retransmissão gratuita. A cobertura jornalística abrange toda a atividade legislativa em tempo real. É equilibrada, correta e de abordagem institucional.

Nos seis dias de julgamento do impeachment, a TV e a Rádio Senado transmitiram mais de 60 horas ao vivo. Inúmeras emissoras retransmitiram nosso sinal, além de portais como o próprio UOL, do Grupo Folha. Esse aproveitamento reforça, estimula e dá sentido à nossa atividade.

A página da TV Senado na internet somou quase 7 milhões de visualizações. O Portal de Notícias foi aberto 1,5 milhão de vezes

— foram acessados 327 áudios, 299 vídeos, 192 matérias e 213 notas em tempo real.

O “Jornal do Senado” saiu diariamente com todos os discursos. A Rádio Senado inaugurou transmissões ao vivo pelo YouTube com mais de 15 mil acessos.

Recebemos a imprensa nos seis dias do julgamento. Emissoras de televisão, de rádio e fotógrafos puderam registrar tudo a partir do exíguo espaço das galerias do Plenário.

Foram 350 novos pedidos de credenciamento, totalizando 1.500 profissionais de imprensa de 14 países, de todos os continentes. Mas foi a logomarca da TV Senado que se viu nas telas dos aparelhos de televisão, de computadores e de celulares, no longo dia da defesa da ex-presidente Dilma Rousseff, nos debates acalorados e na posse do presidente Michel Temer.

O cidadão está atento, e as redes sociais constituem importante termômetro. Mais de 2 milhões de pessoas seguem o Senado no Facebook. Em janeiro de 2015, eram 200 mil seguidores.

Esse crescimento surpreendente alçou o Senado ao 5º lugar no ranking das páginas institucionais de governo, ultrapassando 20 outros órgãos. No Twitter, o Senado também avança rápido e está em 9º lugar.

Temos orgulho da missão e da responsabilidade de prestar serviço tão importante e necessário à sociedade, de aproximar o Senado do cidadão.

Como servidores públicos e profissionais de comunicação, seguimos atuando para estreitar ainda mais esse vínculo, aperfeiçoando recursos de transparência e divulgação, integrando rotinas, atentos aos avanços tecnológicos, sempre com o cuidado ético de bem utilizar recursos materiais e humanos.

VIRGÍNIA MALHEIROS GALVEZ, jornalista, é diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



LEI DO DESPORTO Três audiências

9h A comissão de juristas que elabora anteprojeto da Lei Geral do Desporto Brasileiro faz audiência sobre a Justiça Desportiva. Foram convidados representantes dos superiores tribunais da Justiça Desportiva e dos árbitros de futebol. Às 14h, realiza novo debate sobre questões ligadas aos torcedores e, logo depois, discute questões do direito desportivo.

MP 746/2016 Ensino médio

10h A comissão mista da MP que reforma o ensino médio, analisa o plano de trabalho e vota requerimentos.

CAE Tributos

10h Audiência pública debate a progressividade tributária como alternativa à PEC que limita gastos públicos.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão do Plenário será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa Diretora.

MP 741/2016 Fies

14h30 Análise de relatório da MP que alterou regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

CMO Olimpíadas

14h30 A Comissão Mista de Orçamento aprecia o PDC 538/2016, que regula efeitos da MP 722/2016, sobre recursos para as Olimpíadas de 2016.

PRESIDÊNCIA João Doria

16h30 O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe o prefeito eleito de São Paulo, João Doria.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211

Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portella

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Diretor-adjunto: Silvío Burle

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

O presidente do Senado anunciou que vai ingressar no Supremo com ação judicial para esclarecer atribuições e evitar abusos e atentados de um Poder da República contra outro

Renan quer fixação clara de limites dos Poderes

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que vai ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação judicial pedindo a fixação clara das competências e limites dos Poderes da República. Renan explicou que apenas o STF poderia autorizar uma operação policial no Senado e nunca um “juizeco de primeira instância”, como aconteceu na semana passada.

Na sexta-feira, a Operação Métris, da Polícia Federal, prendeu temporariamente quatro policiais legislativos, com o argumento de que o grupo criava embaraços a investigações policiais.

— A submissão ao modelo democrático não implica comportamentos passivos diante de excessos cometidos por outros Poderes — declarou.

Renan acrescentou que a Polícia do Senado não é uma “invenção”, está prevista no artigo 52 da Constituição. Ele disse que o pedido de senadores para que a Polícia Legislativa fizesse varreduras para detecção de grampos ilegais está regulamentado na estrutura interna

do Senado. Tanto que, de 2013 a 2016, foram feitas 17 varreduras em casas de senadores (veja quadro abaixo). As varreduras feitas em outros estados foram, inclusive, autorizadas pessoalmente pelo presidente da Casa, porque envolveram gastos com passagens.

— Muitos desses pedidos, os documentos vão provar, são de senadores que nem sequer eram investigados em nenhuma outra operação. Essa interpretação seletiva de pretender embaçar a investigação é uma fantasia. Isso não tem nada a ver absolutamente com a Operação Lava Jato. A Operação Lava Jato não faz escuta ilegal — afirmou.

Sobre os pedidos de senadores que estavam sob investigação, Renan ponderou que foram feitos logo após operações de busca e apreensão em suas casas, porque esses parlamentares se sentiram “invadidos em suas intimidades”. O presidente do Senado defendeu a Operação Lava Jato, que considerou “sagrada” e de “avanços” para o país. Isso, entretanto, não justificaria



Renan: varredura para detecção de grampos ilegais está regulamentada na estrutura interna do Senado e é rotina

seus excessos. E comentá-los também não representa uma conspiração contra ela.

Questão interna

Para Renan, o episódio da prisão dos policiais teve início com um problema interno, em que um servidor da Casa, “insatisfeito com a prática de moralidade adotada em sua gestão”, resolveu fazer uma denúncia sobre uma suposta ação ilegal no Senado.

— Com que autoridade

uma pessoa que estava sendo submetida a um processo administrativo por abandono de emprego faz uma denúncia dessa forma? — questionou, reforçando que cabe à Polícia Federal, ao Ministério Público e ao juiz demonstrarem quais são os “fatos gravíssimos” narrados no pedido de prisão.

Renan também garantiu que, se houvesse excesso da Polícia do Senado, bastava ter-lhe comunicado e ele tomaria providências.

— Lamentável que isso aconteça num espetáculo inusitado que nem a ditadura militar fez, com a participação de um ministro do governo federal — criticou, referindo-se ao ministro da Justiça, Alexandre de Moraes.

Segundo Renan, o ministro age como um “chefete de polícia” e “fala mais do que deveria, dando bom dia a cavalo”.

Renan também defendeu a aprovação do projeto de lei que trata de abuso de autoridade (PLS 280/2016) em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Presidente cita texto de Ruy Barbosa sobre a polícia da Casa

Em entrevista, Renan Calheiros leu um artigo de 1911 em que o jurista e senador Ruy Barbosa defende que a Polícia Legislativa, prevista já na Constituição de 1891, trabalhe não só no prédio do Senado, mas também nos demais ambientes onde os senadores atuarem: “A atribuição que a cada uma das Casas confere a Constituição [de 1891] e que nosso regimento explana de regular o serviço da nossa polícia interna põe sob a responsabilidade absoluta da Mesa do Senado a interferência de agentes estranhos na manutenção da ordem e repressão dos crimes dentro desta Casa. Mas a zona do respeito à tranquilidade e segurança dos seus trabalhos não termina de portas adentro no edifício onde elas se desenvolvem, porque o corpo que aqui delibera constituiu um dos órgãos de soberania nacional”.

Lista de solicitações de varreduras à Polícia Legislativa

ÓRGÃO SOLICITANTE	DATA SOLICITAÇÃO	DATA CUMPRIMENTO/OBS	ÓRGÃO SOLICITANTE	DATA SOLICITAÇÃO	DATA CUMPRIMENTO/OBS
Gab. Vicentinho Alves	Não disponível	11 de outubro de 2013	Gab. Ciro Nogueira	Não disponível	25 de maio de 2015
Gab. Magno Malta	Não disponível	25 de novembro de 2013	Gab. Alvaro Dias	8 de junho de 2015	Não disponível
Gab. Vital do Rêgo	Não disponível	12 de fevereiro de 2014	Gab. José Sarney	6 de julho de 2015	Não disponível
Gab. Liderança do PTB	Não disponível	9 de maio de 2014 às 14h	Gab. Ciro Nogueira	Não disponível	11 de agosto de 2015
Gab. Lobão Filho	Não disponível	16 de junho de 2014	Gab. Raimundo Lira	Não disponível	25 de agosto de 2015
Gab. Vital do Rêgo	11 de julho de 2014	Não disponível	Gab. Gleisi Hoffmann	29 de setembro de 2015	9 de outubro de 2015
Gab. Gleisi Hoffmann	18 de agosto de 2014	Não disponível	Câmara dos Deputados	13 de novembro de 2015	*Gab. Presidência 16 e 27/11/15, residência oficial em 20/11/15
Gab. Ciro Nogueira	10 de setembro de 2014	Não disponível	Gab. Alvaro Dias	7 de dezembro de 2015	Não disponível
SGM – Bandeira	15 de setembro de 2014	Não disponível	Gab. Liderança do PDT	6 de abril de 2016	Não disponível
Gab. Fernando Collor	5 de novembro de 2014	Não disponível	Gab. Renan Calheiros	20 de maio de 2016	*Gab. Ministro TCU Bruno Dantas
Gab. Tasso Jereissati	3 de fevereiro de 2015	Não disponível	Gab. Simone Tebet	2 de junho de 2016	Não disponível
Gab. Fernando Collor	3 de março de 2015	7 de março de 2015 às 9h	Gab. Aloysio Nunes	9 de junho de 2016	Não disponível
Gab. Ivo Cassol	Não disponível	13 de março de 2015 às 9h	Gab. Waldemir Moka	28 de junho de 2016	Não disponível
Gab. Omar Aziz	23 de março de 2015	31 de março de 2015 às 9h	Gab. Gleisi Hoffmann	5 de julho de 2016	*Residência em Curitiba
Diretoria-Geral – Ilana	24 de março de 2015	End. Ilhas do Lago			
Gab. Magno Malta	Não disponível	6 de abril de 2015 às 9h			

Medeiros repudia prisão de policiais do Senado pela PF

Os policiais legislativos presos pela Polícia Federal na semana passada estavam apenas cumprindo deveres funcionais, defendeu José Medeiros (PSD-MT). A Polícia Legislativa, instituição existente em muitos países, destacou, exerce o poder de polícia de acordo com a legislação e com o Regimento Interno do Senado.

— Faço varredura constantemente no meu gabinete. Se isso for motivo de prisão, por favor me algemem. Tratamos aqui com assuntos que, por vezes, contrariam grandes interesses — afirmou o senador.



Cristovam: crise não pode sacrificar salário mínimo

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou ontem que, para superar a crise fiscal, o país precisa de um pacto de responsabilidade, que, segundo o senador, implica definir prioridades e cuidar dos mais necessitados.

Cristovam disse que o salário mínimo não pode ser sacrificado. Para ele, devem ser sacrificados os salários do teto no serviço público, como os dos parlamentares.

— Por que não damos o exemplo aqui, definindo o nosso teto congelado por um certo tempo? — indagou o senador.



Lasier elogia combate a fraudes na Previdência

Lasier Martins (PDT-RS) elogiou o serviço de perícia que vem sendo feito pela Previdência Social para combater fraudes.

Segundo o senador, na primeira fase, a Previdência detectou que 77,5% dos 11 mil auxílios-doença não se justificavam. O cancelamento da concessão já rendeu aos cofres públicos R\$ 139 milhões.

Ele acrescentou que a expectativa é de que, com a sequência de perícias, a Previdência economize R\$ 7 bilhões com o cancelamento de benefícios indevidos, já que não havia revisão há dois anos.



Raupp pede fim da reeleição a cargos no Executivo

O fim da reeleição para cargos no Executivo foi defendida ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO).

Ele disse que faltou incluir a medida na minirreforma política em tramitação, com aumento de quatro para cinco anos do tempo de mandato de prefeitos, governadores e presidente da República. Para o senador, esses candidatos têm recursos que faltam aos outros, como a máquina estatal, a visibilidade, o prestígio e a influência. Porém, nessas eleições municipais, avaliou, muitos prefeitos desistiram em função da crise econômica.



Lindbergh critica “perseguição” a ex-presidente Lula

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou ontem o que classificou como “perseguição” a Lula. Para o senador, apesar das tentativas de “desconstrução” dos governos do PT, as pesquisas atestam que o ex-presidente será um forte candidato nas eleições de 2018, o que, a seu ver, causa temor nos adversários.

O senador criticou a Operação Lava Jato por atacar seletivamente o PT e cobrou o mesmo rigor sobre os investigados de outros partidos.

— Para cima do PT, tudo é permitido. Às favas a Constituição e os direitos individuais.



Cobrança em terreno de marinha é contestada

Cerca de 10 milhões de brasileiros vivem em terrenos considerados bens da União e vários deles questionam as taxas pagas pelo uso particular

Tércio Ribas Torres

QUASE 500 MIL imóveis no país são classificados como terrenos de marinha. A informação é da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), responsável pela demarcação desses terrenos. A SPU registra 270.929 responsáveis únicos cadastrados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

De acordo com o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), cerca de 10 milhões de brasileiros vivem em terrenos de marinha. Ferraço foi o relator do projeto aprovado no ano passado (PLC 12/2015), que deu origem à lei que trata dos terrenos de marinha (Lei 13.139/2015).

O senador destaca que a lei simplifica os processos, reduz os encargos e torna mais transparente e mais justo o instituto dos terrenos de marinha. Ele lamenta, no entanto, que vetos do governo tenham impedido maior redução no valor pago pelos posseiros.

Para se ter uma ideia do alcance da legislação sobre o tema, cerca de 240 municípios brasileiros têm terrenos de marinha. As populações de municípios com sede em ilhas costeiras e oceânicas, como Florianópolis, São Luís e Vitória, ainda têm de pagar taxas por isso.

Dois terços do território da capital capixaba, segundo Ferraço, são considerados terrenos de marinha, o que obriga mais de 70 mil de seus moradores a pagar não só impostos municipais, como também as taxas cobradas pelo governo federal. Para ele, isso é um absurdo e uma apropriação indébita.

Conceito

Os terrenos de marinha são terras da União no litoral, situados entre a linha imaginária da média das marés registrada no ano de 1831 e 33 metros para o interior do continente. É uma faixa costeira considerada estratégica pelo governo. Também são consideradas nessa condição as margens de rios e lagoas que sofrem influência das marés.

Apesar do nome, terrenos de marinha nada têm a ver com a força armada Marinha. São determinados por estudos técnicos, com base em plantas, mapas e documentos históricos.



Praia do Janga, em Paulista (PE): MP do ano passado reduziu o valor do laudêmio na alienação dos terrenos de marinha

O conceito foi instituído ainda no tempo do Império, com a vinda de Dom João VI e da família real. As terras eram destinadas à instalação de fortificações de defesa contra invasões marítimas. A medida de 15 braças, equivalente a 33 metros, era considerada a largura suficiente para permitir o livre deslocamento de um pelotão militar na orla e assegurar o livre trânsito para qualquer incidente do serviço do rei e defesa do país.

Também era um espaço estratégico para o serviço de pesca, já que era uma faixa onde os pescadores puxavam as redes.

Taxas e recursos

Quem vive nos imóveis em terrenos de marinha é obrigado a pagar o laudêmio (uma taxa de 5% sobre o valor do imóvel quando comercializado) e o foro (taxa anual correspondente a 0,6% do valor da edificação).

Há ainda a taxa de ocupação, de 2% ou 5%, cobrada de quem ainda não firmou um contrato de aforamento, uma espécie de arrendamento, com a União.

Segundo o governo, a União arrecadou R\$ 700 milhões ao longo de 2014 com os terrenos de marinha e 83% dos proprietários pagam R\$ 500 uma vez por ano, valor que pode ser dividido.

Ao longo dos anos, muitos imóveis particulares foram ocupando as áreas de marinha — o que daria ao governo o direito de cobrar pela ocupação. Há moradores, no entanto, questionando os cálculos, critérios e marcações do governo.

A Associação SOS Terrenos de Marinha, de Pernambuco, elaborou um documento (*veja no quadro Saiba Mais*), para questionar as metodologias aplicadas pela SPU na marcação dos terrenos e no cálculo dos valores.

A associação alega, por

exemplo, que muitos terrenos considerados de marinha pela medição feita em 1831 nem existem mais, pois foram invadidos pelo mar. Na visão da associação, a maioria dos terrenos considerados de marinha está hoje fora da faixa onde, legalmente, a cobrança poderia ser feita.

Outros moradores se organizaram para tentar acabar com esse tipo de classificação — e assim pagar menos taxas. O argumento é que a faixa, que seria destinada à segurança nacional, hoje não faz sentido, já que em um possível confronto internacional os ataques mais recorrentes seriam os aéreos.

Legislação

A Lei 13.139/2015 trouxe uma série de regras que a União deve seguir sobre o parcelamento de terrenos de marinha. Segundo o governo, a lei visa desonerar o ocupante, diminuindo as taxas incidentes sobre esses terrenos, e estimular a formalização da ocupação.

Agora, para demarcar uma nova área, o governo deve fazer uma série de audiências públicas e informar a população atingida. Há ainda regras sobre multas, redução de taxas e perdão de dívidas relacionadas à utilização desses terrenos.

A lei ainda estabelece que a taxa de ocupação passa a ser devida somente a partir da inscrição do terreno e que as benfeitorias serão excluídas dos cálculos — medidas que são antigas demandas dos ocupantes dessas áreas.

Outra norma sobre o assunto foi aprovada também no ano passado. A Lei 13.240/2015, com origem em medida provisória (MP 691/2015), autoriza e regulamenta a venda de parte dos imóveis da União, entre eles os terrenos de marinha.

A lei estabelece desconto de 25% sobre o valor de mercado no prazo de um ano para imóveis à venda listados em

portaria do Ministério do Planejamento. Os já ocupados de boa-fé passam para o domínio pleno do comprador.

No caso dos imóveis sob aforamento, pela impossibilidade da transferência de propriedade, a consolidação do domínio pleno se dará por meio do pagamento de 17% do valor do terreno a título de remição do aforamento, sobre o qual incidirá também o desconto. As pessoas carentes ou de baixa renda serão dispensadas do pagamento pela remição.

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Ricardo Ferraço apontaram avanços na legislação ao trazer mecanismo para que pessoas de baixa renda que moram em áreas de marinha não sejam sobretaxadas.

Reajustes

De acordo com a assessoria de imprensa da SPU, as recentes alterações na lei beneficiaram quase 56 mil usuários de bens da União.

A SPU também destaca que houve diminuição nos percentuais das taxas. Na maioria dos casos (67,4%), ocorreu redução no valor cobrado em relação a 2015 ou o valor foi reajustado

apenas com base na inflação.

A SPU ainda explica que as mudanças na lei trazem a possibilidade, indireta, de alienação plena do domínio desses imóveis — o que poderá beneficiar as pessoas que tenham registrado em cartório a propriedade de imóveis localizados em terrenos de marinha, permitindo a regularização.

Além das alterações de iniciativa do governo, a União tem procurado, segundo a SPU, alternativas legais para preservar os direitos dos particulares que residem ou exercem atividade econômica nessas áreas, por exemplo, com a concessão de títulos, muitas vezes gratuitamente, de acordo com o perfil socioeconômico do cidadão e com as características de uso do imóvel.

Em tramitação

No Senado, há várias iniciativas relacionadas aos terrenos de marinha. O PLS 342/2015, do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), isenta da cobrança de certas taxas os imóveis arrendados da União em área urbana — o que inclui os terrenos de marinha. Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Outro projeto (PLS 714/2015) em tramitação na CAE, de iniciativa do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), tira o valor das benfeitorias do cálculo do laudêmio, o que pode diminuir o valor das taxas pagas pelos moradores desses terrenos.

Duas propostas de emenda à Constituição tratam da possibilidade de venda dos terrenos de marinha. São elas: a PEC 56/2009, de Crivella, e a PEC 50/2015, de Romero Jucá (PMDB-RR).

Outra proposta, a PEC 71/2013, de Ricardo Ferraço, deixa claro a exclusão das ilhas costeiras, sede de municípios, do rol de bens da União.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre terrenos de marinha: <http://bit.ly/cidadaniaterrenos>

Saiba mais

Lei 13.139/2015
<http://bit.ly/Lei13139de2015>

Associação SOS Terrenos de Marinha
<http://bit.ly/TerrenosMarinha>